



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS URBANAS, HABITACIONAIS E DE SANEAMENTO, EM SALVADOR (BA)

JACQUELINE SAMAGAIA¹

ANA MARIA FERREIRA CARDOSO²

DANILA DE JESUS³

PAULA DALETE GUIMARÃES BISPO DOS SANTOS⁴

JOSIANE A CRUZ CERQUEIRA⁵

Resumo: As considerações trazidas neste artigo partem de uma pesquisa que buscou analisar o trabalho dos assistentes sociais nas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento, em Salvador/BA. Trata-se de um debate ainda recente no âmbito da profissão, levando em conta que somente nas últimas décadas estas políticas passaram a ocupar maior espaço entre as políticas sociais, contando com a participação dos assistentes sociais nos programas e projetos organizados em seu contexto. O trabalho do assistente social é problematizado a partir do contexto atual do mundo do trabalho, bem como de sua própria forma de inserção na divisão socio técnica do trabalho.

Palavras-chave: políticas urbanas; trabalho do assistente social; habitação, saneamento

Resumen: Las consideraciones expresadas en el artículo tienen su origen en un trabajo de investigación con vistas a analizar la labor de los asistentes sociales en el ámbito de las políticas urbanísticas, habitacionales y sanitarias en Salvador/BA. Se trata de un debate todavía reciente en el contexto de la profesión, teniendo en cuenta que solamente durante las últimas décadas dichas políticas pasan a ocupar un mayor espacio en el conjunto de las políticas sociales, contando con la participación de los asistentes sociales en los programas y proyectos desarrollados en su ámbito. La labor del asistente social es discutida a partir del contexto actual del mundo del trabajo, al igual que su forma particular de inserción en la división sociotécnica del trabajo.

Palabras clave: políticas urbanas; labor del asistente social; política de vivienda.

I. INTRODUÇÃO

O trabalho do assistente social é objeto de vários estudos nas últimas décadas, buscando suprir uma lacuna nas pesquisas sobre o exercício profissional no contexto das atuais configurações do mundo do trabalho. Deste

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia. E-mail: <jacquegaia@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

modo, as reflexões aqui apresentadas focalizam o trabalho profissional em determinadas políticas (urbana, habitacional e de saneamento). Porém, procuram fazê-lo a partir da inserção profissional nos processos de trabalho organizados pelas instituições responsáveis pelos programas e projetos vinculados a estas políticas, bem como através das condições de trabalho que se apresentam para estes profissionais e das características que lhe configuram como uma profissão particular inserida na divisão socio técnica do trabalho.

As referidas políticas se constituem como espaços recentes para o exercício profissional, sobretudo se levarmos em conta as áreas específicas deste recorte de estudo, as quais passaram a contar com maior número de assistentes sociais nas últimas décadas. O crescimento destas políticas se deve às respostas organizadas no âmbito do Estado para as problemáticas urbana, habitacional e de saneamento no país, com ganhos significativos em termos de programas e projetos implantados em suas mais diferentes instâncias (federal, estadual e municipal), e pela implantação de alguns instrumentos e leis que buscaram concretizar estas políticas no Brasil.

Os assistentes sociais compõem o quadro dos profissionais que são requisitados para atuar no âmbito dos programas e projetos que integram estas políticas, tendo um papel importante na sua configuração, desde o planejamento até a execução dos projetos. As equipes profissionais que atuam na área urbana, habitacional e de saneamento são compostas por distintos profissionais, tais como: engenheiros, arquitetos, sociólogos, psicólogos, antropólogos, pedagogos. Os primeiros, geralmente, em maior número e/ou mais requisitados, demonstram já um privilégio histórico da dimensão técnica e operacional dos programas e políticas que envolvem estas áreas. Porém, aos poucos, percebe-se a organização de equipes multidisciplinares em diversas instâncias de planejamento, gestão e operacionalização das políticas em questão, contando com a presença de assistentes sociais e exigindo destas profissionais definições de seu trabalho, não só em relação às particularidades da profissão, como também em relação às contribuições para concretização do caráter democrático destas políticas e de sua efetivação em uma perspectiva de direitos sociais. Tais diretrizes postas na conformação de tais políticas, traçadas em suas bases legais recentes, foram fruto de amplas lutas e mobilizações históricas no país, se constituindo, porém, num grande desafio para sua efetivação no momento atual.

Neste cenário, é importante pensar como o trabalho dos assistentes sociais se constitui nestes espaços profissionais e de que forma se encontra vinculado a um projeto ético político que possibilite explicitar o compromisso com os reais interesses das classes trabalhadoras, usuárias e principais demandantes destas políticas.

As discussões realizadas neste artigo partiram de uma pesquisa realizada por equipe de professores e alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia/UFBA, intitulada: “A Realidade de Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas de Habitação, Urbana e de Saneamento na Cidade de Salvador/BA”. A proposta de estudo buscou compreender a dimensão desta situação na capital baiana e as demandas dela provenientes, as quais se apresentam para os Assistentes Sociais, exigindo-lhes respostas profissionais. Este Projeto foi aprovado no edital Universal do CNPq, chamada (CNPq/CAPES Nº 25/2015), contando com financiamento desta instituição para sua execução, bem como do Programa Permanecer e PIBIC, da Universidade Federal da Bahia/UFBA, através de bolsas de Iniciação Científica. O grupo de pesquisa se constituiu então de dois (2) professores e quatro (4) alunos bolsistas, todos vinculados ao curso de Serviço Social.

O objetivo do estudo foi analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito destas políticas, considerando os diferentes vínculos estabelecidos por estes profissionais com as instituições e o contexto amplo das exigências postas para o trabalho profissional. A análise se estruturou na problematização da atuação profissional no contexto dos desafios atuais postos pela própria realidade do mundo trabalho e das reconfigurações das políticas sociais.

Quanto à metodologia de trabalho, foi realizada através de estudos sobre o tema, com levantamento de material bibliográfico sobre as principais questões implicadas na discussão, tais como: a problemática urbana no Brasil, o histórico das políticas urbanas, habitacionais e de saneamento e seus principais desafios; e o trabalho do assistente social.

O trabalho de campo se efetivou, inicialmente, através de um levantamento das instituições responsáveis por executar os programas e projetos vinculados às áreas de estudo, em Salvador (BA), bem como das atribuições designadas aos assistentes sociais nestas instituições, o que delineou o universo

da pesquisa. Em seguida, foram realizadas visitas institucionais com intuito de realizar uma caracterização das políticas e do trabalho dos assistentes sociais em seu interior. E, na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com os assistentes sociais que atuam nestas instituições.

Com relação ao tema de pesquisa, partiu-se da problematização da realidade urbana no Brasil, a qual se conformou no contexto da imensa desigualdade econômica e social que caracteriza o país e de seus rebatimentos no acesso à terra e à moradia. É importante sinalizar que esta situação se encontra diretamente vinculada à concentração de terras, que constituiu a ocupação e estruturação do país desde a colônia, e aos baixos salários aplicados no processo de industrialização, não permitindo o acesso da grande maioria dos trabalhadores à terra urbanizada, nem ao trabalho digno nas cidades. Neste sentido, conforme demonstra Maricato (2001), num contexto histórico de urbanização muito influenciada pela questão fundiária vivida no campo e pela pouca valorização da mão-de-obra, as propostas de reforma urbana e fundiária no país foram sempre um nó no processo de desenvolvimento.

A ação do Estado nestas áreas foi, historicamente, frágil. Ou seja, não se constituiu, ao longo do processo de urbanização brasileira, um corpo de ações efetivas que pudessem fazer o enfrentamento desta situação, nem em termos de planejamento urbano, nem na provisão de moradia popular para responder às necessidades das classes trabalhadoras. Disto decorrem os graves problemas urbanos enfrentados nas cidades brasileiras, sobretudo as grandes metrópoles como Salvador.

Este é o cenário em que as políticas urbanas, habitacionais e de saneamento têm se colocado em período recente e nelas, os assistentes sociais, como um dos profissionais envolvidos na construção e operacionalização dos programas, projetos e ações organizados no âmbito destas políticas.

Com base na pesquisa de campo, pôde-se constatar que a inserção profissional dos assistentes sociais nas instituições gestoras e executoras destas políticas se dá tanto pela via do ingresso na carreira pública, quanto pelos processos de contratação temporária e/ou terceirização, levando-se em conta os amplos e diferentes espaços de atuação destes profissionais, os quais apareceram no estudo, possibilitando trazer elementos que provocassem a problematização do trabalho profissional no contexto das mudanças estruturais

do mundo do trabalho atual. Os processos de terceirização no âmbito do trabalho social nestas políticas mostram terem sido largamente utilizados, sobretudo com a justificativa do fato de tratarem-se de intervenções com uma temporalidade bem definida e flutuante, o que inviabilizaria garantir profissionais com vínculo estatutário para atender toda a demanda, uma vez que esta sofre variações.

Com relação às formas de atuação profissional, foram levantadas uma diversidade de procedimentos, instrumentos e locais que compõem o trabalho do assistente social nestas áreas, apontando para a necessidade de aprofundamento do debate e, portanto, a continuidade do estudo.

II. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DO MUNDO DO TRABALHO

A atual configuração do mundo do trabalho pode ser caracterizada como “acumulação flexível”, a qual emerge de processos de produção em vigor que combinam grande desenvolvimento tecnológico com intensa exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2000; HARVEY, 1996). Uma das características deste momento se expressa nas formas intensas de precarização do trabalho. Segundo Druck (2011, p.39), o trabalho precarizado se configura “nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos”. Tudo isso implica no desenvolvimento de doenças decorrentes das formas mais intensas da extração da força de trabalho, da perda de direitos, e da sensação de insegurança decorrente destes processos.

Os assistentes sociais vivenciam estas condições também como trabalhadores, ou seja, ao mesmo tempo em que atuam nas principais expressões da questão social, vivenciam as precárias condições de trabalho nas instituições em que atuam, submetendo-se e resistindo a elas.

A tarefa de compreender o Serviço Social como um tipo de trabalho na sociedade, ou como uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, conforme sugere Iamamoto (1998, p.22), remete à necessidade de compreender “as mudanças históricas que estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na

sociedade quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho”. O Serviço Social, “não foge a estes determinantes, exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho” inclusive, a própria profissão. Este trabalho, segundo a autora, (1998, p.63), materializa-se nas instituições empregadoras e depende, em grande medida, dos recursos (humanos, econômicos, materiais) para se efetivar. Nesta direção, o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho, dependendo de “recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o contrata e o requisita, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado”. Sendo assim, “parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício deste trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras” resultando que, “a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira”.

Apesar disso, os profissionais mantêm uma relativa autonomia (IAMAMOTO, 2012) para exercer suas atividades, o que permite a eles agir em consonância com os princípios estabelecidos no projeto ético político da profissão. Tal compromisso explicita a dimensão política da profissão, construída no decorrer de seu desenvolvimento histórico na sociedade brasileira, a qual articula um projeto profissional a um determinado projeto de sociedade baseado, sobretudo, em valores éticos emancipatórios. Importante ressaltar, nesta perspectiva, a materialização deste projeto profissional, claramente enunciado, conforme Netto (1999) em documentos como o código de ética profissional, quando trata da exigência de um posicionamento “a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais”; bem como na “ampliação e consolidação da cidadania”, como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras.

Este projeto se traduz essencialmente no compromisso com as necessidades e os interesses dos trabalhadores. Assim:

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011, p.427).

Partiu-se de tais premissas para analisar o trabalho dos assistentes sociais nas políticas da área do recorte da pesquisa, ao mesmo tempo em que se buscou explicitar a natureza contraditória da profissão, a qual, ao mesmo tempo em que é exigida a responder aos requisitos das instituições contratantes (demandados à partir das normativas legais e outras referências e procedimentos que organizam os processos de trabalho), tem claramente um compromisso com o projeto ético político profissional que norteia suas ações.

III. O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS URBANAS, HABITACIONAIS E DE SANEAMENTO EM SALVADOR

Salvador, o local que abriga esta proposta de estudo, materializa-se na realidade urbana do Brasil como uma de suas maiores metrópoles⁶, contando, além de suas belezas e de sua projeção como cidade turística, com altos índices de desigualdade, pobreza e violência. Estas características lhe conferem um legítimo lugar de cidade brasileira já que denota em seu território todas as expressões da desigualdade econômica e social própria do país.

A cidade se caracterizou historicamente por um mercado de trabalho “mercado pela super oferta de mão de obra de baixa qualificação (reforçada pela atração de fluxos migratórios, tanto para Salvador como para sua área metropolitana)”; bem como pela vinculação de uma “grande parcela da força de trabalho à ocupações precárias e de baixa remuneração e ainda por uma baixa oferta de postos de trabalho de qualidade” (CARVALHO, 2014, p.91). Nas últimas décadas, apesar de uma tímida melhora nestas condições, o cenário ainda é bastante problemático, incidindo diretamente sobre as condições urbanas, ambientais e habitacionais da população. Em termos de capitais

⁶ É a terceira cidade em população do país, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme último censo do IBGE (2010), contando com uma população de 2.675.656 pessoas

brasileiras, é uma das que concentram maior desigualdade e as condições de trabalho mais precárias. É relevante explicitar que, no caso brasileiro, os processos históricos de precarização do trabalho constituem a característica essencial das modalidades de exploração implementadas pelo capital. E “no caso do Nordeste brasileiro, esta exploração configura-se com significativas particularidades, uma vez que a desigualdade se exponencia de forma significativa quando comparada com outras regiões” (SANTOS, 2012, p. 250).

É este contexto de grave desigualdade que marca a configuração e o desenvolvimento das políticas urbanas em Salvador, ampliando assim os desafios postos aos assistentes sociais no planejamento e execução destas políticas.

As políticas urbanas, habitacionais e de saneamento compõem o conjunto das políticas sociais organizadas no âmbito do Estado através de um conjunto de instituições responsáveis por sua operacionalização. Pode-se afirmar que, mais do que as outras políticas, estas se caracterizaram historicamente, no Brasil, como estratégias decididas no âmbito do Estado e oferecidas à população. Ou seja, embora a “participação social” na elaboração das políticas pertinentes à esta área esteja prevista nas legislações específicas, como o Estatuto das Cidades (2001), Política Nacional de Habitação/PNH (2004) e Política Nacional de Saneamento Básico (2007), na realidade estes espaços democráticos vêm se constituindo lentamente, dado também a complexidade que envolve a definição destas políticas e os interesses que estão em jogo na disputa pelo solo urbano nas sociedades capitalistas como a brasileira.

Mencionado na Constituição de 1988 (nos Artigos 182 e 183), a instituição de uma Política de Desenvolvimento Urbano prevê uma série de intervenções do Estado brasileiro nas cidades, como Plano Diretor obrigatório (para cidades com mais de vinte mil habitantes), cumprimento da função social da propriedade com possibilidade de desapropriações pelo ente público em prol dos interesses sociais, e usucapião urbano. Porém, somente em 2000, a moradia é incluída no rol dos direitos sociais, através de Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, que incide sobre o Artigo 6º da Constituição que ganha nova redação, passando a constar que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” Desta

forma, como alerta Maricato (2001), o fato do direito estar assegurado legalmente é importante, mas a implementação destes direitos tem relação direta com as relações de poder que constituem a sociedade brasileira.

Já em relação à política de saneamento, importante demarcar conforme sinaliza Borja (2014, p. 434) que há uma disputa relacionada a projetos sociais divergentes: um que “considera o saneamento básico como um direito social, integrante de políticas sociais promotora de justiça socioambiental, cabendo ao Estado a sua promoção” e outro, neoliberalista, que vê o saneamento básico como “uma ação de infraestrutura ou um serviço, submetido a mecanismos de mercado, quando não se constitui na própria mercadoria”.

Com relação à situação da moradia no Brasil, a realidade reflete o quadro de desigualdade social dramático em que vivemos. Na última década, apesar do crescimento econômico médio ter alcançado 3,6% ao ano, a população nas áreas denominadas de favelas ou assentamentos subnormais, como utilizado pelo IBGE, teve crescimento significativo (60% em todo o país). Este dado é alarmante, mesmo levando-se em conta o refinamento da capacidade de levantamento desta informação pela agência⁷, dado que a população brasileira neste período cresceu apenas 12,3% (IBGE, 2010). Os efeitos das condições de vida e de trabalho na última década podem explicar de algum modo esse fenômeno, demarcando-se um empobrecimento da população em geral e aumento dos índices de desigualdade.

A política urbana como um todo no país, embora tenha trilhado alguns “avanços” nos últimos anos, ainda é pouco eficiente para enfrentar os graves problemas que se avolumam nas cidades. As decisões políticas são as que custam mais caro aos governos e as que garantiriam em alguma medida esta eficácia. As verbas específicas para o conjunto destas políticas não são garantidas como ocorre com as outras políticas sociais de igual importância (saúde, educação, assistência), tornando estas políticas objeto de negociações e interesses, estando, portanto, mais sujeita às relações de força postas em determinados momentos, do que à sua necessidade como salvaguarda das

⁷ A partir do Censo de 2010 os tipos mais diversos de aglomerados são possíveis de analisar em função das inovações tecnológicas e os métodos de trabalho que puderam ser melhor aprimorados. Dados retirados do site: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/21/mais-de-11-milhoes-vivem-em-favelas-no-brasil-diz-ibge-maioria-esta-na-regiao-sudeste.htm?cmpid=copiaecola> em 25 maio de 2018.

condições de existência dos cidadãos – sobretudo as classes trabalhadoras - no espaço urbano.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nas políticas em questão, a pesquisa que originou a presente discussão abrangeu oito instituições em Salvador, sendo três na área de habitação, duas na área de saneamento, duas em políticas urbanas, e uma que atua como agente financeiro que intermedia e acompanha o repasse de recursos federais aos estados e municípios. O número de assistentes sociais nestas instituições varia muito, constatando-se, desde instituições que abrigam 30 profissionais – que são as que estão voltadas à execução da política de habitação e saneamento – até aquelas que têm somente dois assistentes sociais em seus quadros - caso das instituições gestoras ou responsáveis por outras políticas urbanas.

Todas as instituições visitadas são públicas, vinculadas ao Governo do Estado ou à Prefeitura de Salvador, tratam-se de secretarias, empresas ou autarquias responsáveis pela gestão e execução de políticas setoriais. No entanto, encontrou-se grande número de assistentes sociais com vínculos fragilizados (não concursados, contratados por tempo limitado). Além disso, pôde-se constatar que as empresas contratadas para execução das obras detêm em seus quadros muitos destes profissionais, os quais mantem quase sempre contratos temporários (em função do tempo licitado das obras). Estas relações e vínculos de trabalho diversos geram situações como a ampliação da precarização do trabalho, sobretudo para os profissionais terceirizados, e conflitos entre trabalhadores com vínculos distintos. Na esfera privada, foi realizado levantamento de empresas que desenvolvem o trabalho social nos projetos de habitação e saneamento, mas o contato com estas empresas foi dificultoso, não permitindo, por hora, alcançar maiores informações sobre o trabalho dos assistentes sociais nestes locais, constituindo-se como uma das propostas de continuidade do estudo.

O fato das instituições que organizam as políticas urbanas e habitacionais serem quase todas vinculadas ao Estado não é de estranhar, tratando-se tais estruturas como componentes das políticas sociais e, portanto, organizadas fundamentalmente no âmbito do Estado, que é o principal responsável em concretizá-las. Reconhecendo-se o acesso à moradia e a terra urbana como direito social, nos valem das considerações de Pereira (2008

p.101) para afirmar que “a política social tem como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados por Lei”, daí que o caráter do Estado como regulador, garantidor, ou provedor de bens públicos seja considerada fundamental.

Entre as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nestas instituições apareceu uma diversidade de ações, quase todas de caráter específico, qual seja, de estarem voltadas para situações que de algum modo envolvem a urbanidade (condições de moradia e/ou de acesso à infraestrutura urbana). São elas: caracterização das áreas de intervenção urbana (junto com outros profissionais) para subsidiar a elaboração dos Termos de Referência para os Projetos Urbanísticos; reuniões com moradores e lideranças representativas da comunidade (oficinas, roda de conversa); apoio às formas de organização comunitária; atuação junto aos moradores em processos de desapropriação; coordenação de setores e de projetos; ações educativas (como por exemplo, na área de prevenção de riscos); assessoramento de coordenação social; análise de processos sociais; elaboração de projetos sociais e acompanhamento de sua execução; visita domiciliar por ocasião de algum conflito envolvendo moradia e/ou execução de obra; planejamento e cadastro socioeconômico dos moradores; ações no período “pós ocupação” dos imóveis (atendendo as demandas dos moradores); membro de conselhos municipais na área urbana. Em algumas instituições pesquisadas foram encontrados assistentes sociais atuando também na Gestão de Pessoas/ Saúde do Trabalhador das instituições. Outro espaço ocupado pelos assistentes sociais na área urbana, em Salvador, foi a participação no “Fórum de Pós Ocupação: Habitação de Interesse Social da Região Metropolitana de Salvador/BA”, que se constituiu a partir de mobilizações dos movimentos de moradia com relação às demandas dos empreendimentos realizados no âmbito dos programas habitacionais, sobretudo no período pós entrega das moradias. O Fórum é composto por diversos movimentos urbanos, assim como representantes das instituições que atuam na área habitacional, entre eles, os assistentes sociais. A participação dos assistentes sociais em articulações como estas, assim como junto aos movimentos sociais urbanos é também um dos desdobramentos da pesquisa e encontra-se em fase de estudo.

As unidades de trabalho onde estão alocados os assistentes sociais nas instituições pesquisadas são nomeadas geralmente como: regularização

fundiária, selagem, cadastro, diagnóstico e elaboração de projeto, setor social (geralmente vinculado à um setor com função mais abrangente como prevenção de riscos ou diretoria de saneamento); unidades socioambientais; departamento de ações sociais.

Dentro da política de habitação, alguns setores novos como a regularização fundiária surgem como espaço sócio ocupacional do assistente social. Cabe ressaltar que no contexto das novas configurações da política urbana no Brasil, nos últimos anos, algumas questões históricas, como é o caso da regularização fundiária, passam a ser pautadas na esfera governamental e reconhecidas como um direito a ser acessado pela população através de uma política específica⁸. Uma das assistentes sociais entrevistadas atua numa coordenação de regularização fundiária, como analista de processos sociais.

O espaço sócio ocupacional das empresas públicas/privadas, bem como Secretarias da área da política urbana e habitação, tem se apresentado como áreas em expansão para os assistentes sociais, as quais são reconfiguradas na sua forma de gestão e organização do trabalho pela reestruturação produtiva. Nestes espaços, o assistente social tem sido cada vez mais cobrado com relação a novas funções e competências, sendo este profissional demandado a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como planejamento e gestão. Essas transformações vêm acompanhadas pela exigência de qualificação, principalmente no campo das políticas públicas, assim como da competência para realização de estudos socioeconômicos, conhecimento em orçamento público, capacidade de gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais. Sobre isso, evidencia-se que

a reestruturação dos processos de trabalho e das formas de gestão não incide apenas na esfera empresarial, mas afeta os organismos estatais e privados, estabelecendo novas formas de organização do trabalho coletivo na produção de bens e prestação de serviços (IAMAMOTO, 2012, p.271).

A forma como se estruturam os serviços dentro das instituições e os próprios cargos ocupados pelos assistentes sociais também chamam a atenção

⁸ LEI Nº 11.977, de 07/07/2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; Mais recentemente, a Lei Federal 13.465 de 11/07/2017, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, com avanços importantes na área.

para essas mudanças na reestruturação nos processos de trabalho. Os assistentes sociais passam a executar funções, as quais, muitas vezes, não são por eles reconhecidas como atribuições privativas. Essa é uma característica que esteve presente em muitos espaços sócio ocupacionais, nas políticas estudadas.

Nesta direção, veremos que o trabalho do assistente social ocorre geralmente no contexto de equipes multidisciplinares, o que o distingue das formas mais tradicionais. Esta distinção ocorre também na própria composição das equipes de trabalho, formada por engenheiros, arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, entre outras áreas de formação.

Com relação aos vínculos de trabalho, mesmo tendo encontrado uma parte significativa dos profissionais na condição de concursados, foi observado uma grande quantidade de profissionais contratados por REDA (Regime Especial de Direito Administrativo) ou CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); alguns por intermédio de empresas terceirizadas contratadas para este fim, qual seja, de compor equipes de profissionais para algum projeto ou atividade específica, portanto em caráter temporário. Estas empresas, geralmente de caráter privado, são contratadas para a execução das obras de infraestrutura urbana pelas instituições públicas (responsáveis pelas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento); nelas os assistentes sociais vão firmar contratos de trabalho temporário, em função do tempo definido nas licitações para execução dos projetos.

Esta condição comporta um número expressivo de profissionais que atuam em situação bastante diferenciada daqueles vinculados diretamente às instituições públicas. E esta relação entre concursados e terceirizados não é tranquila na maioria das instituições. Geralmente os concursados estão em situação bem mais confortável em termos de acesso às condições e aos direitos relativos ao trabalho do que seus colegas terceirizados, tanto em relação aos salários como carga horária de trabalho, horas trabalhadas, etc.

Nas instituições públicas visitadas, os profissionais, entre eles, o assistente social, muitas vezes são contratados como “técnico social” para não caracterizar vínculo profissional específico que incida, por exemplo, no direito à jornada de 30 horas de trabalho, sendo aplicada 40 horas semanais. Neste sentido, as especialidades são pouco valorizadas. Não que se queira discutir

somente as especificidades do trabalho dos assistentes sociais na política urbana. Mesmo porque se entende que nestes espaços ocupacionais, assim como em outras políticas, o assistente social participa de um trabalho coletivo. O serviço social não tem um trabalho exclusivo, embora, é claro, o trabalho do assistente social contenha suas particularidades, ele participa de processos de trabalho organizados no âmbito das instituições empregadoras. Então, é preciso compreender esta processualidade, como ela se desenvolve nas áreas do recorte estudado. Nesta direção, o desafio é compreender a atividade profissional como “especialização do trabalho, partícipe de um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 1998, p.59).

Nas instituições que comportam as políticas estudadas, conforme relatos dos assistentes sociais entrevistados, boa parte do trabalho ocorre junto aos usuários, moradores de uma determinada área envolvida na intervenção realizada. Este trabalho, que geralmente ocorre vinculado a projetos de engenharia relativos às intervenções físicas, é denominado assim de “trabalho social”. Acontece antes da intervenção física, durante e após a sua finalização, sendo realizado por equipe de profissionais da área social, muitos deles, assistentes sociais. Conforme a Portaria nº 21 de 2014, do Ministério das Cidades, o “trabalho social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária”. Com a Política Nacional de Habitação (PNH), instituída pelo Ministério das Cidades em 2004, o “trabalho social” passou a ser parte obrigatória dos projetos de intervenção urbana, especialmente como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida. É preciso, no entanto, discutir melhor a inserção dos assistentes sociais nestas equipes e a realização do trabalho profissional.

Percebe-se como é desafiador refletir sobre a centralidade do trabalho do assistente social nas políticas sociais, neste caso, tratando-se das políticas urbanas, habitacionais e de saneamento. No entanto, conforme alerta Raichelis⁹,

⁹ Raquel Raichelis fez esta consideração por ocasião de sua presença na UFBA, em Salvador, no “Seminário: O Serviço Social e as Políticas Urbanas” promovido pelo grupo responsável por

é preciso atentar para o perigo da diluição da análise do trabalho profissional nas diferentes políticas específicas, ou seja, a para a dificuldade que se tem, na maioria das vezes, em articular política setorial específica, na qual estamos inseridos como assistentes sociais, com a reflexão acerca dos fundamentos do trabalho profissional. Neste sentido, o trabalho de pesquisa segue buscando sempre o aprofundamento teórico necessário para a compreensão do objeto de estudo e dos condicionantes sociais e históricos que envolvem o tema.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da realidade do trabalho do assistente social nas políticas de habitação, urbana e de saneamento está sendo um desafio para a pesquisa em questão, levando-se em conta a abrangência do tema e a complexidade de instituições/empresas que compõem as políticas em questão, nas quais atuam os assistentes sociais.

Busca-se compreender a inserção destes profissionais nestas áreas a partir de sua particularidade, dimensionando a profissão como atividade inserida na divisão sócio técnica do trabalho, atuando em processos de trabalho que também precisam ser compreendidos.

Neste contexto, é preciso estar atento para a realidade do mundo do trabalho em suas configurações atuais, às quais estão sujeitos os assistentes sociais enquanto trabalhadores, sendo que muitas das questões que aparecem como específicas do trabalho profissional, na verdade expressam tendências mais gerais do mundo do trabalho, nesse estágio de desenvolvimento capitalista mundializado e financeirizado em que se encontra.

Percebeu-se, através dos dados levantados, que as instituições que atuam nas áreas pesquisadas têm sido mais incisivas nas intervenções urbanas nos últimos anos, adotando estratégias de organização do trabalho com foco na contratação de empresas terceirizadas, implicando em vínculos de trabalho fragilizados que atingem diretamente os profissionais de serviço social. Neste contexto, é preciso abordar também a condição de trabalho oferecida por estas

esta pesquisa, para discussão do tema e dos resultados parciais. O Seminário ocorreu no dia 08 de junho/2017.

empresas e a relação que estabelecem com as instituições públicas à qual se vinculam. Assim, tanto a discussão teórica, como o trabalho de campo envolvem uma amplitude de questões que continuarão a ser objeto de reflexões da pesquisa.

Estas situações vivenciadas pelos assistentes sociais no trabalho realizado no âmbito das políticas urbanas, habitacionais e de saneamento decorrem do contexto mais amplo do mundo do trabalho atual, comportando as fragilidades pertinentes a ele, bem como suas contradições e desafios. Nestes termos, evidencia-se o incremento dos processos de terceirização das funções que deveriam caber ao ente público porque inseridas no rol das políticas sociais e, portanto, papel do Estado.

Acredita-se que o trabalho dos assistentes sociais, respaldado por um projeto profissional – com suas bases éticas e políticas bem demarcadas – pode contribuir com o avanço destas políticas ainda tão pouco amadurecidas, num contexto econômico, político e social de grandes desafios.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** 7. ed. Campinas: Cortez; Unicamp, 2000.

BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.432-447, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0432.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2018.

CARVALHO, et all. Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? In: **Caderno CRH**, v. 24, UFBA, Salvador, 2011.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. 204p.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. Módulo 1: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões Conceituais sobre a política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete et al (Org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado; desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, jul./set. 2011.

SANTOS, Joseane Soares. et. al. Questão Social no Brasil: o nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 239-261, jul./dez. 2012.

SANTOS, Janio. **A Cidade Poli(Multi) Nucleada: a reestruturação do espaço urbano de Salvador**. Salvador: Edufba, 2013.